

TOQUE DE RECOLHER: UMA POLÍTICA DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA | POR MARCUS KLÖCKNER

Posted on 9. Dezember 2020

O que conta em caso de violação dos direitos fundamentais: Devem ser proporcionais e devem ser utilizados os meios menos restritivos disponíveis. Desde o fim-de-semana, os políticos nas cidades de Baden-Württemberg e Rhineland-Palatinate têm imposto recolher obrigatório nocturno. Na Saxónia há mesmo recolher obrigatório durante o dia. Com palavras incisivas, o primeiro-ministro bávaro Markus Söder anunciou no domingo que seria introduzido um recolher obrigatório em toda a Baviera. A razão para esta medida drástica: "aumento" das taxas de infecção da coroa. Serão estas decisões razoáveis? Não, o que está a acontecer aqui é equivalente a um acto de violência por parte do Estado.

*Um ponto de vista **de Marcus Klöckner**.*

Por acaso vive em Mannheim? Ou em Ludwigshafen? Então poderá ter um problema à noite. Não lhe será permitido sair do seu apartamento. Foi imposto um recolher obrigatório. Um recolher obrigatório? Sabe disso desde a guerra. Na Alemanha, houve recolher obrigatório em 1945 e 1946 e depois novamente apenas durante o primeiro "Bloqueio Corona". Agora é de novo a hora. Os cidadãos só são agora autorizados a sair à rua pelas chamadas "razões válidas" - mesmo agora, as violações da lei são puníveis com prisão se se repetirem.

"Motivos razoáveis", já conhecemos esta formulação desde o primeiro encerramento. É uma formulação que é perigosa. Transporta todo o poder do Estado, que é capaz de carregar conceitos e definir, por exemplo, o que é "válido" e o que não é. Uma palavra aparentemente inofensiva, cujo significado é tão elástico como pastilha elástica, irá, depois de os políticos a terem acusado de poder, determinar se lhe é permitido sair de sua casa ou não. Se quiser ir trabalhar ou consultar um médico, pode. Aqueles que descobrirem que a água mineral está a esgotar-se à noite ou que não há alimentos no frigorífico não podem sair. Se tiver vontade de sair para o campo à noite sob um céu estrelado para tirar algumas fotos nocturnas com a sua câmara, não lhe é permitido sair.

A razão é o "aumento" do número de infecções nas respectivas cidades. A lógica de um ponto de vista político é: quem quer que vá à estação de serviço à noite para comprar uma bebida ou comida contribui para o risco de infecção. Qualquer pessoa que queira dar um passeio à noite para fortalecer o seu sistema

imunitário é obviamente um potencial "superdisseminador" - caso contrário, a política não estaria a restringir tão brutalmente uma multidão de direitos básicos como os que existem:

- Artigo 1: Livre circulação de pessoas. Cada alemão tem - na realidade - o direito constitucionalmente garantido de circular livremente dentro do território da República Federal da Alemanha sem ter de prestar contas ao Estado.
- Artigo 6: Casamento e família. O direito fundamental protege a vida familiar num grau especial e isto inclui em particular que os membros da família, mesmo fora da família nuclear, podem e podem encontrar-se uns com os outros.
- Artigo 8, parágrafo 1: Liberdade de reunião. Todos os alemães têm o direito constitucionalmente garantido de se reunirem pacificamente e sem armas, sem registo ou autorização. Este é um dos direitos básicos mais importantes para assegurar a formação democrática da opinião pública. Durante o recolher obrigatório, a liberdade de reunião é suspensa.
- Artigo 2, parágrafos 1 e 2: O livre desenvolvimento da personalidade, a liberdade geral de acção e, em particular, a liberdade da pessoa é violada. E há também uma intervenção no Artigo 2, parágrafo 2 da Lei Básica: O direito à integridade física, que inclui a saúde mental de uma pessoa. Como pensa que o cidadão doente mental e deprimido se sentirá se nem sequer lhe for permitido dar um passeio nocturno quando lhe apeteecer?

Além disso, em termos legais: O recolher obrigatório viola a exigência de "certeza suficiente" e "clareza da norma", que pode ser derivada do princípio do Estado de direito (Artigo 20 (3) da Lei Básica). Por outras palavras: O que deveria ser uma "boa razão"? Qualquer pessoa que viole os direitos fundamentais deve expressar-se claramente.

É de notar que este recolher obrigatório transforma efectivamente milhões de cidadãos em prisioneiros nas suas próprias casas. Os decisores políticos só raspam os direitos básicos desta forma. Vem à luz uma política de violência psicológica, que é insuportável para uma democracia.

A questão deve ser, portanto, colocada: O que está a acontecer aqui? Como pode ser que as cidades

proíbam os cidadãos de saírem numa noite de Inverno? Não há necessidade de discussão aqui, porque já não é lógico dar este passo. Os políticos que proíbem os cidadãos de conduzir sozinhos pelas ruas com um carro à noite, um acto em que o risco de infecção é zero, obviamente não ouviram falar da "proporcionalidade" e dos "meios suaves" em relação aos direitos fundamentais.

Mas o que significa realmente quando as medidas têm de ser "proporcionais" e os governos devem utilizar os "meios mais suaves"? Acima de tudo, significa que a medida deve ser adequada para atingir o objectivo pretendido, neste caso, a protecção contra a infecção. A proporcionalidade também significa que não deve haver meios mais brandos para atingir o objectivo desejado. Se houver um meio mais suave, então a medida - neste caso o recolher obrigatório - viola o princípio da proporcionalidade e é, portanto, ilegal. E um remédio mais suave sugere-se a si próprio, nomeadamente a restrição de certas reuniões - e não, como a bazuca disparou, uma proibição geral que afecta todos os cidadãos.

Mas proporcionalidade significa ainda mais, nomeadamente que é encontrado um equilíbrio com os direitos fundamentais que estão a ser violados. A questão deve ser colocada: A intervenção é apropriada? Por outras palavras, o recolher obrigatório baseia-se numa presumível protecção da saúde. O seu objectivo é a prevenção de infecções. Se este é o caso, não foi provado. O que é claro, porém, é que a liberdade retirada aos cidadãos durante as horas do recolher obrigatório já não lhes pode ser "creditada" retroactivamente. O presumível efeito protector do recolher obrigatório é, portanto, contrabalançado pelo facto de haver provas de "danos" irreversíveis que os cidadãos sofrem.

Os decisores em Rhineland-Palatinate, Baden-Württemberg, Saxónia e Baviera parecem ter perdido as declarações do Tribunal Constitucional do Sarre sobre o recolher obrigatório na Corona em Abril (28.04.2020, Ref. Lv 7/20). Diz-se aí que é juridicamente pesado:

"A perda do direito fundamental da liberdade da pessoa é uma desvantagem final, dia após dia, da restrição da liberdade. Não pode ser compensado pelo tempo que passou.

Esta ponderação de interesses, que está a ser aqui discutida, requer também, a propósito, uma avaliação da probabilidade de ocorrência de "danos". Consequentemente, quão provável é que ocorram danos se andar

sozinho pelo parque da cidade à noite? Para ser franco: Correcto, uma infecção com Covid-19 durante uma caminhada nocturna a céu aberto pode ser confiantemente descartada. É aqui que Markus Söder e companhia entram: eles têm de fornecer dados fiáveis.

Mesmo no início dos seus estudos jurídicos, os futuros advogados aprendem a lidar com esta questão de ponderar os prós e os contras. Os agentes políticos que emitem o recolher obrigatório nem sequer utilizam estes conhecimentos técnicos básicos.

Consequentemente, o tribunal também decidiu que o recolher obrigatório do Sarre era ilegal porque "os benefícios de protecção da saúde alcançados com eles não foram explicados de forma compreensível" (p. 15). O tribunal suspendeu a prova prima facie de "boa causa" estabelecida no Decreto. Tendo em vista a protecção dos direitos fundamentais, foi novamente possível permanecer no espaço público. E, muito importante, o Tribunal também considerou que o aumento das infecções tinha pouco significado.

Esclareceu: "Se o número de pessoas infectadas aumenta, isto pode dever-se a muitas razões: o número de pessoas infectadas e doentes não é actualmente colocado em proporção com o número de pessoas testadas e não testadas pelas autoridades sanitárias". O número de mortes não indica se o vírus foi responsável pela morte, ou seja, se o falecido morreu de ou "apenas" com o vírus.

Roger Kehle, presidente da Associação de Municípios de Baden-Wuerttemberg, fez uma tentativa de justificar a decisão à agência de notícias dpa. A declaração que ele citou é chocante. Quando perguntado se a restrição inicial à noite é razoável, uma vez que poucas pessoas estão na estrada nessa altura, Kehle disse: "Se todos se mantiverem fiéis às medidas, os números já devem ter diminuído. E Sabine Bätzing-Lichtenthäler (SPD), a Ministra da Saúde da Renânia-Palatinado, diz que "um suspeito" é a fonte da infecção nas "reuniões da sala de estar".

Se esta é a base e o pensamento sobre quais os governos estatais e as cidades levam a cabo invasões maciças aos direitos fundamentais, então é mais que tempo de os tribunais porem fim a esta política de violência dos direitos fundamentais. Durante o primeiro encerramento, o Tribunal Administrativo da Baviera decidiu que "em princípio, qualquer razão objectiva que não seja inadmissível desde o início é

adequada para justificar a saída de casa" (Processo N.º 20 NE 20.849). O tribunal declarou que praticamente qualquer razão deve ser suficiente, caso contrário seria completamente obscuro o que se entende por uma "razão válida". Por outras palavras, o governo do estado da Baviera nem sequer considerou necessário expressar-se de forma suficientemente clara para que o cidadão pudesse ver o que era proibido e o que era permitido. Assim, o recolher obrigatório não fez sequer justiça à "lei da determinação" exigida pela Lei Básica.

Significativamente, mesmo os autores do actual recolher obrigatório não consideraram necessário exprimir-se claramente e cumprir este requisito fundamental do Estado de direito. E isto, embora sejam obrigados a fazê-lo ao abrigo da Lei Básica.

O facto de o número de infecções estar a aumentar porque as pessoas estão fora e à noite não só não está provado, como também é uma tese que pode ser descrita como ousada e cautelosa. Os decisores políticos em Baden-Württemberg e Rhineland-Palatinate consideram o tempo entre as 21 horas da noite e as 5 horas da manhã como um "condutor de infecções" obviamente maior do que as 16 horas que medeiam entre elas. Em qualquer caso, durante o recolher obrigatório, a maioria dos cidadãos está provavelmente ocupada a fazer algo que ainda não foi desacreditado como uma fonte de infecção: dormir!

Mas para além disso: Aspectos centrais como o facto de que o número crescente de infecções também deve ser colocado em relação ao número de testes, que também se deve ter em conta quantos dos chamados "começos da doença" existem, ou seja, quantos dos que testam positivos realmente adoecem, não estão em debate. E isto, tal como mencionado, embora o Tribunal Constitucional do Sarre já o tenha assinalado há meses!

Da mesma forma, a questão central da qualidade dos testes PCR ou da qualidade dos testes realizados nos laboratórios permanece intocada. Para não esquecer a questão: Quais são as razões para os picos de carga nas clínicas em casos individuais no que diz respeito aos leitos de cuidados intensivos? Será que estes estrangulamentos só têm a ver com doenças graves da coroa?

Ainda recentemente, Wolfgang Kubicki, vice-presidente do Bundestag alemão, criticou a orientação da

política para o chamado "valor de incidência" com palavras claras: "Aderir aos valores de incidência como factor decisivo na luta contra a coroa é cada vez mais absurdo", disse o político do FDP. "Não é apenas a incidência da infecção que determina o número de novas infecções registadas, mas também e sobretudo a respectiva estratégia de teste. O Governo Federal admite isto relativamente sem rodeios", disse Kubicki. Este procedimento é "legalmente questionável" e os números com base nos quais as medidas são tomadas devem ser "seriamente determinados", não devem "estar sujeitos à aleatoriedade ou arbitrariedade". Kubicki fala de "intervenções historicamente sem precedentes nos direitos fundamentais".

O que Kubicki diz é óbvio. No entanto, os governos nacionais agem de uma forma que é tóxica para uma democracia. Aqueles que pensam que podem suspender os direitos básicos com base em pressupostos vagos estão melhor se afastarem da política - no interesse da democracia.

Por mais verdadeiras que sejam as palavras de Kubicki, é espantoso como poucos políticos, intelectuais e, sobretudo, jornalistas levantam as suas vozes. Será que esqueceram que os direitos fundamentais são "direitos de defesa do cidadão contra o Estado"? E a consciência democrática dos cidadãos que nem sequer estão dispostos a defender a Lei Básica perante o recolher obrigatório baseado em pressupostos vagos?

No entanto: vozes críticas isoladas estão lentamente a vir dos media. Ninguém deve tentar "banalizar" o recolher obrigatório como recolher obrigatório, diz o repórter local do Mannheimer Morgen Stefan Mack e fala sobre pessoas que estão "trancadas" em casa.

É mais que tempo de tanto os juízes como os jornalistas questionarem fundamentalmente uma medida tão séria como o recolher obrigatório. Os políticos responsáveis que iniciaram ou apoiam estas medidas devem ao público dados fiáveis. O problema é que não há dados que provem que um cidadão esteja infectado com Covid-19 à 1 da manhã no balcão nocturno de uma estação de serviço. No entanto, a situação actual é que o passeio nocturno para reforçar o sistema imunitário é agora punível em alguns locais. (1) A caça, no entanto, é permitida.

Os livros "Sabotaged Reality" de Marcus B. Klöckner e "Machtelite" de Charles Wright Mills são recomendados neste contexto.

+++

Este artigo foi publicado pela primeira vez em 7 de Dezembro de 2020 no multipolar-magazin.de

+++

Obrigado ao autor pelo direito de publicar o artigo.

+++

Fonte da imagem: periscópio / portadas

+++

KenFM esforça-se por um amplo espectro de opiniões. Os artigos de opinião e as contribuições dos convidados não têm de reflectir a opinião do pessoal editorial.

+++

Gosta do nosso programa? Informação sobre outras possibilidades de apoio aqui:

<https://kenfm.de/support/kenfm-unterstuetzen/>

+++

Agora também nos pode apoiar com as Bitcoins.



BitCoin endereço: 18FpEnH1Dh83GXXGpRNqSoW5TL1z1PZgZK